

Qual sociedade queremos?

Ana Paula Fregnani Colombi⁽¹⁾



(1) Professora do Departamento de Economia da Ufes.

Lecionando a disciplina de Introdução à Economia para alunos e alunas entrantes, sempre os pergunto, ainda nos primeiros dias de aula, por que razão escolheram o curso de ciências econômicas. Reiteradamente, a resposta passa pelo desejo de enriquecimento tendo em vista as oportunidades oferecidas pelo mercado financeiro em consonância com as últimas maravilhas do mundo comandado pelos algoritmos. Como nossa disciplina passa por um resgate, ainda que panorâmico, pelas escolas do pensamento econômico, eles e elas também me indagam: Professora, vamos ler os austríacos nessa disciplina? Estas, portanto, são as palavras que mais escuto nas primeiras semanas de aula: enriquecimento, mercado financeiro e os tais austríacos.

Em uma direção oposta à inquietação desses jovens e, em outros tempos, não tão distantes, como nos mostra Nakatani (2021), as mudanças no conteúdo do ensino de economia se deram na direção de resgatar sua concepção como uma ciência social - transformação esta que

não teria sido impulsionada no Brasil não fossem as crises profundas de nossa sociedade ao longo dos anos 1980 e 1990. Recentemente, entretanto, uma outra noção do que seja a ciência econômica tem ganhado corações e mentes de nossos estudantes, qual seja uma concepção que a coloca enquanto um instrumento, um caminho profissionalizante que leva ao enriquecimento se não fácil, possível, dada as oportunidades do capitalismo financeirizado. Essa visão encontra suas raízes na ciência econômica entendida enquanto uma ciência da ação humana, na medida em que essa ação se configura como escolha. Como afirma Robbins (1932, p. 15):

O economista estuda a alocação de meios escassos. Ele está interessado na maneira como diferentes graus de escassez de diferentes bens dão origem a diferentes razões de valorização entre eles, e ele está interessado na maneira como as mudanças nas condições de escassez, sejam provenientes de mudanças nos fins ou mudanças nos meios - do lado da demanda ou o lado da oferta - afetam essas proporções. A economia é a ciência que estuda o comportamento humano como uma relação entre fins e meios escassos que têm usos alternativos.

Dessa formulação deriva, como nos explica Napoleoni (1979), uma ciência econômica que é essencialmente dedutiva e neutra. Menor seria o problema se esta discussão se manifestasse apenas no campo teórico. Ela está, entretanto, embrenhada em nossa realidade. Ou seria outra a concepção de um indivíduo que, ainda no início de sua vida universitária, julga ser, a ciência econômica, um instrumento capaz de levá-lo ao mundo da riqueza e da bonança individuais? Movidos pelo ímpeto de satisfação

do seu desejo de riqueza, o que mais aspiraria esse ou essa estudante que não aprender os meandros de uma ciência que ensina “os meios a serem aplicados para atingir os fins escolhidos”?, como diria Von Mises (1949, p. 9), um dos tais teóricos austríacos que eles e elas tanto querem ler.

A convergência entre um debate aparentemente teórico-metodológico e a realidade nos força, professores e economistas, a reconhecer que o neoliberalismo não é apenas uma teoria econômica nascida nos anos 1930, expressa nas obras de Walter Lippmann, Von Mises e Hayek, renovada pela escola de Chicago nos anos 1960 e adaptada por governos em forma de políticas de austeridade e privatização a partir dos anos 1980. Não se trata, tampouco, de reconhecer o neoliberalismo enquanto um conjunto de práticas que definem o capitalismo contemporâneo. Algo vago demais, para encontrarmos no cotidiano de nossas salas de aula. O neoliberalismo é uma forma de vida (DUNKER, 2017). Uma forma de vida que engaja corações e mentes na busca incessante por performances de sucesso. O neoliberalismo, como um conjunto de práticas, discursos, dispositivos que determinam um novo modo de vida, transformou a empresa na forma geral da sociedade. A ciência econômica torna-se, nesse espectro, uma teoria do modo como o indivíduo é conduzido a governar a si mesmo no mercado (DARDOT e LAVAL, 2016). Diriam então, que a universidade ainda tem alguma importância na medida em que ela pode servir a esse propósito, isto é, difundir a profissionalização e o empreendedorismo e preparar nossos jovens para o mundo da concorrência generalizada, ou seja, um mundo em que ninguém pode depender da benevolência de seus semelhantes. Afinal, “não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse” (SMITH, 1996, p. 74). Não por outro

motivo as aulas sobre Smith causam sempre um verdadeiro frisson.

As possibilidades dessa performance de sucesso esbarram, entretanto, na primeira esquina do subdesenvolvimento, em um país em que a taxa de desocupação entre os jovens de 18 a 24 anos é de 29,8%. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), 190 milhões de pessoas no mundo estão desocupadas, das quais 64,8 milhões são jovens. 2 bilhões de pessoas estão ocupadas na informalidade e 36,1% da força de trabalho global trabalha mais de 48 horas por semana. Por que então, num mundo em que há cada vez menos empregos para todos e uma brutal concentração da riqueza, nossos estudantes – vale lembrar, na periferia do capitalismo – acreditam que com eles será diferente?

É justamente esse cenário de expectativas decrescentes e de encurtamento dos horizontes ao tempo de emergência (ARANTES, 2014) que tem permitido, em parte, a disseminação da cultura do empreendedor de si. É crescente, portanto, o processo de privatização das condutas e de disseminação da lógica de riscos, segundo o qual cada indivíduo deve responsabilizar-se por todas as dimensões da sua vida. Na periferia, essa cultura é ainda mais perversa na medida em que se trata de ‘treinar’ e ‘qualificar’ essa mão-de-obra, como disse Chico de Oliveira, tal qual se ensina a “própria matriz da descartabilidade” (OLIVEIRA, 2013, p. 143). Na mesma medida que essa juventude busca a qualificação tão desejada pelo mercado e em que o capitalismo adentra essa mesma juventude convertendo o ócio em processo de qualificação das classes trabalhadoras (BERNARDO, 2006), novas noções práticas do tempo vão, paulatinamente se difundindo. Esse jovem que quer trabalhar menos, trabalha o tempo todo em nome da sobrevivência que a ele lhe aparece enquanto caminho para o enriquecimento. Ao fracasso, cabe apenas a capacidade individual de resiliência – a palavra da moda – ainda mais potente quando dita em inglês: resilience. Essa palavra emerge,

justamente, num contexto ideológico de expansão do neoliberalismo, como nos explica Dunker (2017), em que os indivíduos devem saber gerenciar, também, suas emoções, reduzindo a capacidade de permanecer afetado, mantendo o otimismo e expandindo sua rede de relações sociais.

Eis, entretanto, que a realidade chama esses mesmos alunos e alunas para refletir sobre o mundo que habitam e não é a professora que os causa tal situação. Do canto da sala (melhor dizendo, do google meet) surge um/uma estudante que diz ter escolhido o curso de ciências econômicas, pois deseja compreender por que existe a desigualdade que afasta tão brutalmente a realidade daqueles que vivem na Praia do Canto daqueles que vivem na região noroeste da ilha. Outro, jovem trabalhador, diz ter escolhido esse curso, pois trabalha dez horas por dia, como motorista de aplicativo e acha injusto ter que “dividir” uma parte tão grande de seu trabalho com a empresa, sendo que os custos e riscos da atividade são todos dele. A realidade os chama a refletir.

A espoliação e a desigualdade não estão, somente, nas páginas dos jornais, tampouco no livro texto que a coloca enquanto elemento constitutivo do capitalismo. Ela está na realidade e no cotidiano de nossos alunos e nossas alunas, ela habita a universidade, ela está em nossa cidade, país, em nosso entorno. Não por outro motivo, as aulas sobre Marx também geram um verdadeiro frisson, pois muitos se reconhecem, a si ou suas famílias, em uma relação de exploração.

O embate de ideias na sala de aula é um reflexo de nossa sociedade. Alguns querem crer que o enriquecimento, enquanto possibilidade, está ali na esquina da periferia, e basta gozar da liberdade que o capitalismo tanto permite e lutar pela sua vez e hora. Outros, também lutam, mas entendem que a tal liberdade se restringe àquela que lhe impõe a necessidade de sobrevivência. É disso que trata a ciência econômica entendida enquanto ciência social, pois uma vez que ela não esteja divorciada da

realidade, reflete visões sobre o projeto de vida social, como nos explicou Furtado (1974). Ser economista trata da tarefa de refletir cotidianamente qual sociedade queremos, pois “economistas que não estejam primordialmente voltados, direta ou indiretamente, às operações de economias reais que desejam transformar, melhorar ou proteger contra a deterioração, são mais bem classificados como subespécie de filósofos ou matemáticos, a menos que optem por ocupar o espaço vazio deixado em nossa sociedade secular pelo declínio da teologia” (HOBBSAWM, 1997, p. 97).

Referências Bibliográficas

- ARANTES, P. **O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BERNADO, J. **O tempo: substância do capitalismo**. Cadernos de Ciências Sociais, n. 1, 2006.
- DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DUNKER, C. **Reinvenção da intimidade: políticas do sofrimento cotidiano**. São Paulo: Editora Ubu, 2017.
- FURTADO, C. **Objetividade e ilusionismo em economia**. In: O mito do desenvolvimento econômico, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.
- HOBBSAWM, E. *On History*. New Press, 1997.
- MISES, L. V. **Ação Humana: um tratado de economia**. Rio de Janeiro: Instituto liberal, 1990.
- NAKATANI, P. **A formação dos economistas e a economia política no Brasil**. In: Edição Especial da Revista da SEP, n. 59 (maio2021 - jun2021).
- NAPOLEONI, C. **O pensamento econômico do século XX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- OLIVEIRA, C. **Crítica à razão dualista: ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- ROBBINS, L. **An essay on the nature and significance of economic science**. London: Macmillan and Co., 1932.

SMITH, A. A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.